

ESTRATÉGIAS DE IRONIA E DE SARCASMO CONTRA A EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL (SÉCULOS XVIII/XIX)

Rogério Fernandes

Desde o começo da estruturação do sistema educacional português (1759-1772), o sexo feminino foi marginalizado visto que os diplomas jurídicos fundadores não continham uma só palavra que respeitasse à sua escolarização. O ensino particular, doméstico ou em estabelecimento, realizado eventualmente em conventos ou recolhimentos religiosos, supria em parte essa falha. Os ensinamentos proporcionados pelos colégios e outras “casas de educação” dirigiam-se a jovens de procedência aristocrático-burguesa e apresentavam currículos inovadores, rejeitando os ensinamentos práticos tradicionais e incorporando matérias de cunho científico, literário e artístico de nível superior ao elementar. A activação do ensino feminino devido à procura crescente e também a uma política educacional oficial mais atenta ao sector, estimulou o combate ideológico a esta “educação nova”, da parte dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa. Alguns deles recorreram à ironia e ao sarcasmo, de que são exemplo José Daniel Rodrigues da Costa e José Agostinho de Macedo.

Uma das formas de impedir, ou, pelo menos, de dificultar o acesso da mulher à educação extrafamiliar consistiu em desfigurar ou ridicularizar a sua capacidade intelectual. O processo comportou “estratégias de ironia e de sarcasmo”, isto é, a utilização de categorias agregadas ao *risível* como suportes de leitura pretensamente objectiva das ambições culturais femininas.

Um dos géneros literários mais adequados ao enegrecimento dos dotes intelectuais das raparigas era o teatro. Ele podia reclamar-se do antecedente prestigioso das *Précieuses Ridicules* de Molière. Entre nós, a farsa, eminentemente popular devido ao cunho burlesco, apropriou-se do

tema com sucesso retumbante, através da produção de José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832). Além do palco, a “literatura de cordel” facultou-lhe outro campo de popularização, mediante a edição e a venda da peça que se intitulava *A menina discreta da fábrica nova*.

Outro instrumento de combate ao que se denominava com desprezo “modernidades”, foi a imprensa de opinião, designadamente aquela que José Agostinho de Macedo (1761-1831) redactou nas proximidades do ano revolucionário de 1820. Nesse plano distingue-se na primeira linha o jornal intitulado *O Desaprovador*. Exasperado pela maré cheia das “ideias novas” que submergiam as práticas sociais da tradição, o famoso “Padre Lagosta” travou um combate incansável em defesa dos valores sociais mais retrógrados. Entre os assuntos que lhe provocavam as investidas achava-se precisamente a questão da educação feminina e dos seus conteúdos. O humor ferino de Macedo, servido por um talento literário inquestionável, se bem que digno de melhor causa, questionava o que denominava as “modas francesas”, contrárias aos costumes nacionais e, na sua visão conservadora, ao equilíbrio social.

O recurso a “estratégias de ironia e sarcasmo” não constituiu, entretanto, um instrumento meramente literário, ditado pelas regras do cómico em ordem a castigar o que se classificava de “os desvarios do mundo”, personificados, neste caso, pela ascensão social da mulher. Por meio do riso e da troça, os homens procuravam combater a ideologia, então nascente, da igualdade dos sexos e, desse modo, tentavam manter intacta a hegemonia masculina no governo da Família e da Sociedade.

Os primórdios da escola feminina popular

Os finais do século XVIII vêem surgir em Portugal as primeiras manifestações de uma política educativa pública capaz de franquear a escola a um e outro sexo. O sector mais dinâmico é o filantrópico, do qual a caridade cristã aparece como modalidade. Temos notícia da existência de instituições destinadas à educação de crianças do sexo feminino pertencentes às classes populares.

Essa educação raramente ultrapassava o nível muito elementar. Quanto às crianças expostas ou enjeitadas, uma vez completada a primeira criação, eram as meninas entregues a casas particulares, para que aprendessem na prática as lides domésticas, entre as quais se contavam as “prendas” manuais.

No respeitante a outra categoria de crianças desprotegidas – as órfãs –, sabe-se da existência de recolhimentos cujo número estava muito abaixo das necessidades.

Nos finais do século XVIII principia lentamente o trajecto de criação do ensino régio feminino, oficial e gratuito. Em 1789, D. Maria I começa por conceder um subsídio anual ao Colégio das Ursulinas, em Pereira, com vista à prestação do "ensino público de meninas". No ano seguinte, dá novo passo adiante no sentido da igualização de oportunidades escolares para ambos os sexos: manda criar em Lisboa 18 cadeiras femininas de Primeiras Letras, em paridade com a rede escolar masculina constituída por um número igual de estabelecimentos, já existente na capital desde a reforma pombalina (1772). Este dispositivo a favor do sexo feminino não se concretizaria desde logo porque a alegada falta de recursos exigiria a renúncia à criação de novos estabelecimentos masculinos. Perante esta situação, a Rainha acabará por adiar o projecto.

Só nos começos do século XIX as circunstâncias contribuiriam para que tal decisão dilatória fosse revista. As necessidades de amparo e de escolarização das meninas agravam-se dramaticamente devido às três Invasões Napoleónicas. Estas deixarão um doloroso rasto de abandonos e de separações familiares entre as populações em fuga ao longo das linhas de entrada dos exércitos franceses. Por ocasião da retirada das tropas, o Governo da Regência manda recensear todas as instituições da capital que já acolhiam ou se revelassem capazes de acolher as meninas abandonadas nas províncias e nas ruas de Lisboa. Francisco Trigoso de Aragão Morato, ao tempo comissário dos estudos na Corte, lembra a propósito o alvará régio de criação das 18 escolas femininas e sugere que parece ter chegado a oportunidade de o pôr em prática. A proposta é bem recebida e em 1813-1814 fazem-se as primeiras diligências para divulgar as condições de concurso às escolas régias femininas e à nomeação do respectivo júri.

A decisão tomada pela Soberana estabelecia, contudo, uma igualdade mais aparente do que real entre estabelecimentos régios masculinos e femininos. A Resolução de Maio de 1790 admitia que o respectivo currículo pudesse ser diferenciado nas escolas para meninas. Na sua expressão máxima, seria constituído pelas seguintes matérias: *ler, escrever, fiar, coser e bordar*, (omitindo-se o *contar*), e, por fim, a *Doutrina Cristã*. A Resolução consentia, portanto, que tal currículo fosse dividido, de tal sorte que algumas das mestras ensinasse exclusivamente o coser e o fiar, outras o bordar e o cortar e outras a leitura e a escrita, sendo a doutrina cristã matéria comum a todas elas.

Não foi, todavia, esta concepção segmentadora do ensino elementar feminino que viria a prevalecer. Mais tarde, a abertura do concurso, sob a inspiração de Morato, impunha a todas as mestras a docência de um mesmo currículo de que a iniciação literária fazia parte integrante obri-

gatória. Significava isto que, além das matérias literárias e religiosas, também se devia ensinar, por exemplo, o corte de vestidos e outros saberes práticos destinados às mulheres (as *prendas* femininas).

Ainda antes deste período, terá havido em certas regiões iniciativas de certo modo ilegais de ensino misto, mais uma vez no âmbito do filantropismo. Assim, em 1802, o prior de Oeiras institui do seu bolso uma escola para 20 meninos e 20 meninas, que tinham aula conjuntamente com um só professor, o que leva a crer que só as matérias literárias seriam trabalhadas. Esta prática continuava ainda em 1821 (A[rquivo da] A[ssembleia da] R[eública], Secção I e II, Cx.^a 75, doc. 97).

Tais casos, porém, seriam muito raros, como escasso seria o número de escolas beneficentes destinadas às meninas das classes populares.

A educação feminina aristocrático-burguesa

Ao contrário do que tantas vezes se supõe, a portuguesa jovem, nas famílias aristocrático-burguesas, beneficiava quase sempre de uma educação que se pretendia requintada de acordo com os padrões culturais das classes hegemónicas. Ela excluía, porém, quaisquer saberes práticos de menor envergadura. No máximo, integrava o desenho, a pintura, raramente o bordado.

Apesar da precocidade dos casamentos, a jovem aristocrático-burguesa recebia uma instrução relativamente diversificada, dentro da exacta medida exigida pela etiqueta do salão e da sociedade polida. Além da instrução literária e artística, ministrava-se às jovens da alta nobreza uma formação que lhes inculcava o “modo de estar”, pondo em prática um currículo educacional de que se não excluía os valores da acção, nem, através da filosofia natural, a formação científica. O Conde do Lavradio, nas suas *Memórias*, faz um retrato espiritual da Mãe e da sua educação, o qual permite visualizar precisamente uma das encarnações mais brilhantes e excepcionais da cultura portuguesa feminina aristocrática dos finais de Setecentos:

“O som da sua voz tocava o coração e nunca ofendia o ouvido, porque, mesmo quando repreendia, era sempre mavioso e baixo. A sua educação tinha sido muito cuidada, de sorte que a sua instrução era muito superior à de quase todas as senhoras deste país. Sabia bem as línguas latina, francesa e italiana, e entendia o inglês; tinha seguido com os seus irmãos, que se preparavam para a Universidade, um curso de filosofia¹, estu-

¹ Não esqueçamos que se tratava de *Filosofia Natural*, isto é, Física, Química, e de outras matérias deste tipo.

dado os preceitos da retórica, etc.. Cultivava com grande gosto e proveito a música, tendo uma voz extremamente agradável. A arte do desenho não lhe era estranha, e neste estudo, como em outros, coadjuvava seus filhos e filhas; e eu devo dizer que nada aprendia tão bem e com tanta facilidade como aquilo que minha Mãe me ensinava." "Na sociedade dos homens instruídos e de bom gosto, ela brilhava sempre, sem nunca sair dos limites que convêm às pessoas do seu sexo, e sem mostrar nem ter pretensão alguma a *bas bleu*" (FERNANDES, cit., p. 203.).

Apesar da estatura cultural atribuída por Lavradio a sua mãe, ele próprio se encarregava de demarcar limites à saliência da mulher instruída quando estivesse na companhia de homens instruídos.

O viajante inglês Beckford, por seu lado, testemunhava traços de cultura feminina entre as classes burguesas. Em 1787, ao visitar o comerciante português Paulo Jorge, acha-o rodeado de um conjunto de crianças confiadas aos cuidados de uma ruiva professora inglesa.

Entre a burguesia endinheirada, embora de cultura menos polida, vigoravam os mesmos costumes. Em 1816, o viajante francês Tollenare, ao visitar os Midosi, família que diz fazer parte da primeira sociedade portuguesa apesar de não pertencer à nobreza, verificava que o francês, a música, o canto e a dança faziam parte da educação das meninas da casa, sublinhando ao mesmo tempo um certo excesso de desenvoltura ("la grosse gaité, l'abandon ingénu, la liberté, la demi-licence") que entre elas predominava, em contraste, dizia, com "la réserve, la gaité spirituelle, la délicatesse et la décence qui règnent dans nos sociétés françaises" (FERNANDES, 1994, p. 202.).

Quais eram os veículos deste ensino? O lar doméstico era seguramente um dos seus territórios. Havia mesmo uma circulação muito activa de profissionais de educação, conforme se verifica nos anúncios de oferta e pedido de emprego inseridos na *Gazeta de Lisboa*, mediante os quais é possível reconstituir os conjuntos disciplinares praticados.

Na verdade, o que se dizia oferecer ou exigir eram, alternativamente ou cumulativamente, as "boas prendas", civilidade e religião, ler e escrever, línguas francesa e inglesa, a italiana, além de piano, de bordar e coser, tocar cravo, debuxo e pintura em miniatura e óleo, ornato de objectos, etc.. Por meio de um de tais anúncios, verificamos até que, por vezes, a preparação literária se dissociava da insinuação das demais qualidades necessárias. Assim, além de uma aia para duas meninas, pretendia-se também recrutar um mestre que as ensinasse a ler e escrever com perfeição (Id., p. 203).

Estas variações curriculares sugerem a existência de públicos distintos, correspondentes a sectores sociais que, no interior da classe aristocrático-burguesa, exprimiam diferentes solicitações culturais.

Além do ensino doméstico, o ensino feminino ocorria também em internatos. Nas camadas superiores da sociedade portuguesa, essa função era desempenhada em parte pelos conventos, dirigidos eventualmente por religiosas estrangeiras. O currículo oferecido por uma dessas instituições abrangia a leitura, a escrita e o cálculo, aprendizagem de rendas e bordados, estudo do francês, do italiano, do latim, da gramática portuguesa e da geografia.

Havia, contudo, alguma renitência na sociedade aristocrática em optar por tal solução. Das 21 pensionistas (internas) existentes em 1786, no colégio fundado três anos antes pelo famoso Padre Teodoro de Almeida, da Congregação do Oratório, apenas uma era filha de fidalgo. Em 1788, o convento era considerado um foco de intrigas de que o sacerdote seria o elemento dinâmico.

Nos finais de Setecentos, os conventos femininos não gozavam, aliás, de boa fama, afastando-se dos modelos que a sociedade pretendia ver adoptados na educação das meninas. Além disso, eram acusados, por vezes, de imoralidades e de exercerem pressões sobre as jovens educandas no sentido de estas enveredarem pela vida religiosa, acompanhadas, bem entendido, dos respectivos dotes que, desse modo, reverteriam a favor do convento.

Explica-se por isso que os Colégios e Casas de Educação florescessem. Dirigidos muitas vezes por senhoras estrangeiras – sobretudo francesas, após a revolução de 1789 –, ou por famílias portuguesas – mãe e filhas –, os currículos oferecidos nessas escolas-internatos asseguravam na generalidade as matérias em moda.

Activação do ensino feminino popular no quadro do Liberalismo

Nas representações dirigidas ao Soberano para solicitação da abertura de escolas gratuitas de Primeiras Letras, nos anos charneira entre o século XVIII e o século XIX, apenas aparece em 1812 um pedido de ensino feminino. Trata-se de uma exposição dos moradores do Lugar da Charneca, Termo de Lisboa. Alegavam a necessidade de suas filhas receberem educação, aprendendo Catecismo, Primeiras Letras “e mais Exercícios em que se deve instruir com perfeição uma mulher”. Informavam ainda os 16 moradores (entre os quais figuram o pároco e uma ex-professora) que, devido à sua pobreza, não logravam continuar a suportar o encargo de pagarem a uma professora, “ficando as filhas dos suplicantes

privadas deste Benefício, e expostas a viverem com a natural Rudeza, tão prejudicial à sociedade civil" (Id., p. 661).

Embora fossem 16 os signatários, a presença do pároco e da professora, contratada até então pelos pais, induz a pensar que a iniciativa pode ter sido tomada pela docente ou pelo pároco e não pelos encarregados de educação, embora todos alegassem o pagamento do imposto do Subsídio Literário, o qual incidia, no Continente, sobre vinhos e aguardentes, destinando-se expressamente ao pagamento dos ordenados dos mestres (ou mestras) régios.

A reclamação dos moradores da Charneca do Lumiar não foi satisfeita, nem teve eco, nessa ocasião, noutras zonas do país. A educação das meninas não era ainda tema suficientemente motivador para que as organizações sociais diligenciassem com muita visibilidade junto dos Poderes no sentido da criação de escolas femininas. Em centenas de requerimentos de escolas, do tipo daquele que fizeram os habitantes da Charneca, entre 1772 e 1820 são raros os que se movem por objectivo idêntico.

Pouco depois, o Estado assumiu as providências necessárias à efectivação das provas literárias e práticas de concurso aos 18 lugares de escolas femininas criados em Lisboa no final já distante do século de Oitocentos. Todos eles ficarão concentrados na malha urbana da cidade. A zona rural que a rodeava (o Termo) ficava já distanciada das preocupações governamentais, por mais justas que fossem.

A concretização do modesto plano inicial, circunscrito à Corte, provocará uma atitude positiva da parte da Câmara do Porto. Na sequência da solicitação de escolas régias para meninas por parte dos representantes autárquicos, as autoridades deliberaram a criação de 5 escolas régias femininas também na cidade. Mais tarde, após a revolução de 24 de Agosto de 1820, a vila de Lagos verá uma das suas solicitações aceites pelo Poder, sendo criada uma escola régia feminina no seu recinto.

A existência desta humilde rede escolar feminina constituía um índice claro da subestimação da política educacional em relação às pessoas deste sexo. Em perto de 60 anos de existência de escola régia masculina, não chegava a existir mais de uma vintena e meia de estabelecimentos oficiais para meninas. Fraco balanço, ainda que se leve em conta a existência de Recolhimentos caritativos onde meninas pobres podiam, eventualmente, ingressar. Esses, porém, não eram estatais, não obstante recebessem, por vezes, importantes financiamentos por meio do Subsídio Literário.

A criação de uma rede, embora modesta, de escolas régias femininas começará a construir uma visibilidade acrescida do direito da mulher à

educação. Embora o reconhecimento desse direito não seja explícito, visto que toda a política social era tida como uma “graça benevolente” do Soberano, é sintomático, a partir de 1820, o aumento do número de requerimentos solicitando a criação de instituições educativas oficiais femininas, tal como se verificava em relação ao ensino masculino.

Alguns desses documentos provinham de mestras que tinham exercido a profissão no âmbito particular, precedendo licença das autoridades competentes. É o caso de uma tal Teresa de Jesus, casada, residente na Vila de Palmela, Comarca de Setúbal, que requer a criação de uma escola de meninas na dita localidade, recorrendo a uma fundamentação bastante cerrada. A inexistência de uma mestra régia que ensinasse gratuitamente a mocidade, afirma, determinava o atraso da educação tanto na vila quanto no Termo, “porque é quase geral a pobreza daqueles habitantes, não tendo meios com que paguem a quem lhes eduque as suas filhas (...)” (AAR, Secção I e II, Cx.^a 75, Doc.97). Por outro lado, Teresa de Jesus alegava que as providências legislativas de 1790 e de 1814 (esta referente ao concurso a escolas femininas) não se estendiam a todo o Reino, pelo que se dirigia ao Soberano Congresso, “tomando em consideração que sendo hoje iguais os Direitos devem ser iguais as Providências (...)” (Id., ib.).

Teresa de Jesus era parte interessada na criação da escola. Ela própria revelava o exercício do ensino particular ia para mais de vinte anos, apresentando uma certidão de bons costumes passada pelo pároco e considerando que lhe cabia o direito de preferência no provimento, “principalmente por ser a Suplicante perita em escrever, contar, fiar, fazer meia, coser e cortar que são as condições que as ditas leis exigem para Mestra Pública”. Anexa, a certidão do pároco testemunhava que por muitos anos se consagrava ao ensino de meninas “por prestação pecuniária”, sendo hábil para este “ministério” “não só pela ciência de escrever, ler e contar e mais ofícios mulheris, como principalmente pela boa moral de sua vida pública e particular (...)”.

Requerimento idêntico achámos a partir da vila de Almada, no qual outra mulher afirmava ensinar com aproveitamento as meninas que concorriam à sua escola. Ocorrendo, porém, que a mesma vila se compunha de muitas famílias pobres que não estavam em condições de suportar a despesa nem, por outra banda, podia a concorrente dispensar o pagamento, apresentava-se a solicitação de uma escola régia gratuita.

Dois requerimentos idênticos foram enviados ao Congresso a partir do Funchal (ilha da Madeira), referenciando a existência de mestras de ensino particular que cobravam seus ordenados e de outras que pretendiam ingressar no ensino oficial (FERNANDES, 1992, pp. 11 e segs.)

Outras solicitações provinham sobretudo de comunidades urbanas existentes em sectores rurais do país. Assim, por exemplo, a Câmara da Vila da Trapa, pedia a criação urgente de uma escola masculina e uma mestra de meninas (AAR, Secção I e II, Cx.^a 27, doc. 73). Atitude idêntica assumem os Habitantes de Vila Real e seu Termo. Reivindica-se também que o ordenado das mestras fosse similar ao dos professores de Latini-
dade e de Primeiras Letras. As vantagens resultantes da educação feminina consistiriam em habilitar as moças “para exercerem qualquer emprego compatível com o seu sexo e capacidade, e levarem ao último apuro a educação que, em tomando estado, devem dar aos seus filhos (...)”. Acrescentando que tais vantagens derivadas da educação eram as mesmas que os habitantes do Porto haviam alegado, e acrescentando que a vila e aldeias vizinhas abundavam em população feminina, os habitantes de Vila Real e seu Termo formalizavam com firmeza a reclamação sem que, todavia, tivessem obtido deferimento.

Estes documentos comprovam a existência de mestras de ensino particular devidamente licenciadas, cuja clientela era por vezes bastante pobre e cuja abrangência social ficaria certamente muito aquém do público escolar potencial.

O Arquivo da Assembleia da República proporciona o estudo de mais alguns papéis relativos ao tema da educação de meninas, demonstrando que, após 1820, se regista uma activação significativa deste mesmo tema.

No sector da beneficência observam-se também algumas raras iniciativas a favor da expansão da educação feminina. Em 1822, pretendendo interpor parecer sobre um requerimento da própria Vila do Redondo, no sentido de ser dado conveniente regulamento ao Conservatório ou Recolhimento da Senhora da Saúde da mesma vila, “destinado e dotado para publica e gratuitamente ensinar meninas”, a Comissão de Instrução Pública das Cortes solicitava o respectivo Estatuto. Tratava-se, segundo parece, de instituição filantrópica recém-fundada.

Iniciativa de tipo diverso seria concretizada em 1822 pela Prelada e mais Religiosas do Convento de Corpus Christi, localizado em Vila Nova de Gaia. Querendo contribuir para a “obra imortal da Regeneração Portuguesa”, entendiam por bem defender a causa da educação das meninas. Nesse quadro, referiam que o sexo feminino formava pelo menos “a metade do género humano” e que uma menina carecia de aprender as obrigações de filha, de esposa e de mãe de família, acrescentando: “Seu espírito é susceptível de grande cultura e ainda mais o seu coração. Cumpre-lhe estudar os fundamentais princípios da Religião, os deveres da Sociabilidade, os Factos mais memoráveis da História Sagrada e do seu país; saber ler, escrever e contar; é a todas indispensável a quem há-

-de prover na Economia Doméstica, no ensino dos filhos, e fazer as delícias de um consorte virtuoso” (AAR, Secção I e II, Cx.^a 27, Doc. 15).

Embora de modo discreto, as religiosas imputavam ao sexo masculino uma política deliberada de discriminação, ao afirmarem que, “por efeito de preocupações injustas e desonrosas para as do nosso sexo, a sua Educação tem sido pela maior parte desprezada (...)”. O reconhecimento desse facto não as levava, todavia, a empreender um projecto global mas apenas a proposta de um internato destinado a meninas “filhas de Famílias abastadas e opulentas”.

Apesar destes exemplos de activação do ensino feminino, ele não constituía problema a que se conferisse prioridade, mesmo da parte do que poderíamos chamar os espíritos mais progressivos. Assim, o “cidadão constitucional” José do Espírito Santo Faria propôs em 1821 a reforma do Seminário de Sernache de Bonjardim, para cuja fundação contribuíra D. João VI ainda enquanto Príncipe Regente. Ao apresentar ao Soberano Congresso um plano de reforma da instituição, o mesmo cidadão escreveria no art.º 11.º do citado Plano: “Há no referido lugar de Sernache de Bom Jardim uma espécie de Recolhimento que se compõe de uma Regente, uma mestra de meninas e seis destas gratuitas; o qual número nunca está cheio porque não podem aturar o rigor da Regente segundo consta; e também tem algumas pensionistas. Este Recolhimento”, ajuntava, “muito bem se pode extinguir; e o seu rendimento que provavelmente excede a 600 000 rs. [réis] deve ligar-se ao rendimento do Seminário” (Id., Cx.^a 27, Doc. 77).

Deste modo, remediava-se de modo expedito o disfuncionamento da instituição feminina: extinguindo-a.

A ironia e o sarcasmo e a desvalorização do saber feminino

Na sociedade portuguesa dos finais de Setecentos, a educação feminina e a sua necessidade não formavam, de resto, ideia pacífica. Mas, se o tema não deu ensejo a longas e vigorosas polémicas, permitiu no entanto o recurso a outros meios menos leais: os da ridicularização.

O melhor exemplo, sob esse papel indesejável, foi o já citado autor teatral José Daniel Rodrigues da Costa, cuja popularidade como cronista e dramaturgo se diz ter provocado invejas de contemporâneos, entre os quais Bocage e José Agostinho de Macedo.

Rodrigues da Costa recolheu uma parte do seu teatro nos volumes de *Rimas* (1795-1797). No Vol. III, com o subtítulo de *Rimas – Teatro cómico de pequenas peças*, guardou um dos seus mais célebres entremezes, sob a designação de *A menina discreta da fábrica nova*.

Nesta peça, Rodrigues da Costa começa por satirizar a admiração basbaque dos pais em relação às pretensões literárias das filhas, ironizando em torno dos elogios de Papírio a sua filha Corisca, a propósito do que ele julgava ser cultura:

“Que moça, que moça! Que portento! Poucos homens têm uma filha com tão raras circunstâncias. Cada palavra é uma sentença, e tão crespa, que às vezes lhe não entendo em nada. O nome de Corisca lhe ficou nascendo porque ela é um raio de literatura e um corisco de ciência. Enfim, sabe de cor o Carlos Magno todo, a Constante Florinda. Não lhe fica papel de cego que não compre, que não estude.”

Estas alusões à cultura popular mais elementar – a da literatura de “cordel” vendida pelos cegos rua fora – não tardaria a contrastar com a rebuscadíssima linguagem de Corisca, ante a qual o pai, fascinado, acabaria por concluir:

“Ó minha rica filha, antes quero conversar contigo que ver uma tarde de touros.”

O mesmo tema seria abordado por José Agostinho de Macedo: o da responsabilização das Famílias, em primeira linha do Pai, pelo descabro moral que a *educação moderna* provocava. Nesta crítica, sempre eivada de uma ironia contundente, Macedo roçava por vezes a linha da verdade, na medida em que atacava implacavelmente a futilidade da educação preferida da burguesia, assim como os colégios e casas de educação com internato em que era moda ministrá-la:

“É coisa que me faz pasmar, ou não faz pasmar, ver os Pais muito cheios de si, dando grande importância à educação brilhante que mandam dar às Senhoras suas filhas! Vem a menina pelo Natal a casa, não dar as boas festas e beijar a mão a sua Mãe mas a tratar tudo de grosseiro, rude e mal polido, afectando aquela superioridade que lhe dá a sua brilhante educação; o Pai olha para ela muito contente e muito babado, e em lugar de lhe perguntar – Sabes, filha, as Orações, a mestra ensinou-te a fazer uma camisa? Sabes pôr uma panela ao lume e abanar um fogareiro? Sabes fiar numa roca? Ensinar-te a cumprir e desempenhar dignamente os deveres da Religião? (Estes senhores, que mandam educar suas filhas, queixam-se de tanta pobreza, de tanta estagnação de Comércio, de tão pouco giro das letras que daqui amanhã estão em circunstâncias de mandarem encabeçar umas meias!) Estarás capaz, minha filha, de te entregar (se tua Mãe adoecer) o governo da casa de portas de cozinha a dentro?”

Outro questionário, porém, se apresentava à menina, visto que o tipo de instrução pressuposto no interrogatório paterno era bem diferente:

“Nada disto se pergunta à menina, o que se pergunta é isto: então tens continuado as lições de música? O padre Fr. Fulano ainda é o mestre do Piano?(...) Aqui se disse que o mestre de dança tinha lá faltado quinze dias, o que me deu um cuidado extremo, porque ele mesmo me veio aqui dizer que te distinguias com um talento especial para a valsa e que aprendeste num instante um cotilhão complicado e de um mui difícil desenvolvimento” (FERNANDES, 1994, pp. 582-583).

Contestando o valor dessa educação que, adiante, qualificava de “Francesa”, Macedo interrogava-se acerca dos presumíveis efeitos que ela poderia ter na mentalidade das jovens em relação aos valores tradicionais de que pretendia ser guardião:

“Ora na verdade, que reflexões perniciosas não deve fazer nascer na alma de uma rapariga a importância que seus mesmos Pais dão a uma tão frívola educação? Que influência funestíssima não deve isto causar no Governo interior e doméstico de uma família, e muito principalmente na alma do homem que se visse tentado a casar com uma mulher destas, cuja educação a dispõe, e unicamente prepara para brilhar nas companhias e excitar a admiração dos curiosos”.

Macedo pretendia que as suas diatribes contra a educação feminina “moderna” não decorriam de preconceitos contra as capacidades do sexo oposto. Ele inscrevia-se, pelo contrário, como o primeiro crítico da indiferença com que o assunto fora até então encarado.

“Um princípio de indiferença anti-social tem deixado em desprezo ou esquecimento, a educação das mulheres como se estas não influíssem tanto nas relações sociais”, sublinhava. Eximindo-se a debater a capacidade do sexo feminino em ordem ao exercício de funções “que muitas vezes o orgulho e a vaidade julga próprios e privativos do sexo viril”, cingia o seu tema exclusivamente em torno da função decorrente da sua naturalidade, isto é, do que chamava “o único emprego para o qual as destinou a natureza-Mãe”.

Para o exaltado “Padre Lagosta”, que nas páginas do jornal *O Desaprovador*, com o qual ele próprio se confundia, levava por diante uma luta sem quartel contra o que chamava a *educação à francesa*, a educação da mulher, exceptuados os raros casos de aptidão para o que chamava *Boas Artes*, circunscrevia-se a três tópicos fundamentais: a religião – a moral –

os deveres domésticos. As *boas artes*, se para elas houvesse lugar, constituíam matérias secundárias. O paradigma da educação feminina consistia, para Macedo, em produzir uma mãe de famílias “doce, paciente, submissa, dócil, ecónoma e vigilante” (Id., *ib.*). Afinal de contas, a educação da mulher destinava-se a criar um ser que se coadunasse com o destino social que lhe era imposto pelo homem numa perspectiva conservadora.

Sendo assim, educar a mulher não passaria pela preparação para uma visibilidade e desempenho sociais cujo processo formativo se desviasse das veredas consuetudinárias. Para ilustrar esse modo de ver, Macedo erigia o Piano em símbolo da execrável “educação moderna”, sobre a qual despejava os seus dardos mais facetos e escarninhos, ao mesmo tempo que desenhava a traço grosso o perfil das obrigações domésticas tradicionais femininas, as quais se estendiam até à administração da vida religiosa individual:

“Piano? Para quê? Estar na chaminé a panela a ir-se, e a mulher no Piano? Os filhos a berrar, e a mulher no Piano? As moças a namorar pelas janelas, e a mulher no Piano! Abrir um ponto uma meia, e ir-se a malha de alto abaixo, e a mulher no Piano! Matar-se um porco e abalarem com o melhor dos miudos as vizinhas, e a mulher no Piano! Levedar-se e azedar-se a massa no alguidar, e a mulher no Piano? Vir cansado de uma jornada, e querer pregar olho na cama, e a mulher no Piano! Vir o Cura tomar o rol, não haver quem lhe responda, e a mulher no Piano! E o que na verdade seria um despacho mas não deixaria de ser uma vergonha, vir um dia para casa e não ver a mulher no Piano, mas ver que a mulher deixando o Piano tinha abalado com o Mestre de Piano!”

As diatribes de Macedo vão, porém, mais longe, abrangendo o currículo praticado nos colégios femininos e até nos ensinamentos domésticos. Em primeiro lugar, execrava o carácter exclusivamente teórico-especulativo do ensino, do qual estavam excluídos os saberes práticos da vida tradicional. Assim, bramiam o Padre Lagosta:

“Está uma menina num colégio de educação (...). A primeira lei do colégio é não tirar a pena da mão à menina, nem os Livros, há-de estudar Gramática Filosófica, e explicações (do Credo não, Senhor, isso era antes do Terramoto) da Língua Portuguesa pelos Clássicos, por Professores hábeis; também a menina estuda Geografia, e Análise. Ora com efeito o curso de estudos não é pequeno, mas a menina estuda também Piano, Piano, Piano, Dança e Desenho” (Id., p. 582).

Neste currículo acadêmico (Macedo chamou-lhe “curso de estudos” e mais adiante “Catálogo”), salientava-se a ausência de ensinamentos práticos que, por tradição, constituíam uma espécie de brasão da formação educacional feminina:

“Neste Catálogo não acho Roca nem Fuso; agulha de meia, não falemos nisso, isso é para as mulheres, não é para as Senhoras.” E prosseguia: “Ora vejam uma Senhora Geógrafa, e Analítica, Gramática e Filosófica; e para quê? É alguma desgraça um solecismo que escorregou à Senhora? Para que é este Desenho? Para que são estas lições de Análise, a quem nunca terá ocasião de aplicar? Sobre tudo isto para que é tanta Música e tanto Piano?”

O repúdio de uma educação literária que ultrapassasse o plano elementar inspira outra obra literária do tempo. Trata-se do entremez de José Daniel Rodrigues da Costa, intitulado *A menina discreta da fábrica nova*. Enquanto Pórcia, uma das filhas de Papírio, declara não ser sábia nem estudiosa, vêmo-la escapar à demência de sua irmã Corisca e de Fúfia, adversária desta. E, diante desse quadro, Simplício, visita ocasional da casa, acharia explicação para o acontecimento:

“Sempre é grande risco nas mulheres que se querem tirar do seu instinto, isto é, bordar, coser, etc.”

Assim, Corisca e Fufa, cada uma delas pugnando por uma falsa identidade de Esculápio (para a primeira um sábio em Retórica, no entender da segunda, um capitão de cavalos em Roma), acabariam por marchar para o vizinho hospital, em duas cadeirinhas apropriadas, não sem que o enfermeiro censurasse a Papírio a ausência de controlo da situação:

“Pois Vossa Mercê não sabia privar sua filha das imaginações de ser sábia? Ignora que a maior parte das doidas que vão ao hospital é por presumidas e vaidosas? Vamos, Senhor, que tenho mais aonde ir”.

A crítica curricular da “nova” educação feminina rejeitava, pois, as inovações de uma cultura que ultrapassasse o nível elementar e deixasse de lado os saberes práticos, religiosos e literários tradicionais.

Conclusões

Entre os finais do século XVIII/começos do século XIX, os avanços da educação feminina registaram-se primordialmente no ensino particular, não obstante alguns progressos se observassem igualmente no ensino régio (oficial).

As transformações curriculares introduzidas visavam um espectro mais amplo de saberes literários e científicos, ultrapassando os saberes práticos da economia doméstica e da gestão da casa familiar.

Instrumentos da crítica às novas tendências educativas foram a ironia e o sarcasmo de que alguns textos de José Daniel Rodrigues da Costa e José Agostinho de Macedo constituem paradigmas. Mediante o grosso desenho do riso e da troça, e a pretexto de levantar barreiras à frivolidade da cultura feminina aristocrático-burguesa, procurava-se, no mesmo movimento constrangedor, curvar a mulher à sua tradicional marginalidade cultural.

Bibliografia

- BECKFORD, William, *Diário de ... em Portugal e Espanha*. Int. e notas de Boyd Alexander. Trad. e pref. de João Gaspar Simões, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.
- COSTA, José Daniel Rodrigues da, *Rimas*, Vol. I, Lisboa, 1795.
- , *Rimas*, Vol. II, Lisboa, 1795.
- , *Rimas*, Vol. III, *Teatro Cómico de Pequenas Peças*, Lisboa, 1797.
- FERNANDES, Rogério, Educação e ensino popular na Madeira (século XVIII-1840), *Revista da Universidade de Coimbra*, 1992, Vol. 37, pp. 1-69.
- FERNANDES, Rogério, *Os caminhos do ABC. Sociedade Portuguesa e ensino das Primeiras Letras*, Porto Editora, Lda., Porto, 1994.
- MACEDO, José Agostinho, *O Desaprovador*, Lisboa, 1819.
- PORTUGAL, D. Francisco de Almeida, *Memórias do Conde do Lavradio...*, Vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- TOLLENARE, L. F., *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, Fondation Calouste Gulbenkian, Publications du Centre Culturel Portugais, Tomos I-II, Paris, Presses Universitaires de France, 1971-1972.

Rogério Fernandes, professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Grupo de Ciências da Educação), é coordenador da Área de História da Educação. Neste domínio científico publicou um número considerável de trabalhos, entre livros e estudos inseridos em revistas portuguesas e estrangeiras.